



Protocolo:

Processo:

Projeto:

Tipo: Requerimento

Autor: Deputado Caravina

solicita informações relacionadas ao Sistema Integrado de Gestão Operacional (SIGO) utilizado pela Polícia Civil do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requeiro à Mesa, em conformidade com o art. 160, inc. V e art. 174 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, após ouvido o Colendo Plenário, seja encaminhado expediente deste Poder ao Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, **Antonio Carlos Videira**, solicitando as seguintes informações relacionadas ao Sistema Integrado de Gestão Operacional (SIGO) utilizado pela Polícia Civil do Estado de Mato Grosso do Sul:

- *Se recentemente houve renovação de contrato entre a SEJUSP e o sistema SIGO e qual o prazo de vencimento;*
- *Se o sistema SIGO vem cumprindo com os deveres assumidos no contrato;*
- *Se o contrato vigente entre a SEJUSP e o sistema SIGO é emergencial;*
- *Se há providência sendo tomada pela SEJUSP com relação à instabilidade recorrente do sistema SIGO, que vem gerando transtornos à população;*
- *Se o contrato vigente entre a SEJUSP e o sistema SIGO contempla tecnologia para bloqueadores de celulares em presídios;*
- *Se há previsão de ampliar a possibilidade de registros de boletins de ocorrência on-line;*

Plenário Júlio Maia, 15 de maio de 2024.

CARAVINA

Deputado Estadual - PSDB

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento tem por finalidade solicitar informações referente à situação contratual envolvendo a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e o Sistema Integrado de Gestão Operacional (SIGO), assim como questionar se há providências sendo tomadas pela SEJUSP para solucionar a instabilidade e lentidão proporcionada pelo sistema SIGO.

De acordo com recente matéria divulgada pelo portal do Sindicato dos Policiais Civis de Mato Grosso do Sul (SINPOL), o sistema SIGO, há algum tempo, segue com lentidão extrema, fazendo com que tarefas simples, como registros de BOs, levem horas para ser concluídas, gerando, sem dúvida, imenso transtorno para os policiais e para a população.

Segundo o SINPOL, a situação gera filas para registros de ocorrências e enorme insatisfação da população, gerando, conseqüentemente, prejuízos à segurança pública do Estado.

Em virtude da instabilidade noticiada, revelou-se necessário esclarecimentos acerca do contrato firmado entre a SEJUSP e o sistema SIGO, sobretudo quanto ao prazo de validade do contrato.

Além disso, mostra-se imprescindível esclarecimento quanto ao cumprimento de todos os deveres assumidos pelo sistema SIGO no contrato de serviço.

Por fim, pede-se também informações se há estudo de viabilidade no sentido de se ampliar o número de delitos sujeitos à registros on-line, tendo em vista que, atualmente, este número é bastante reduzido.